

PSIQUIATRIA FORENSE

Questão medico-legal do alcoolismo. — Uma pericia de sanidade mental

Dr. Luis Guedes, Professor da Clínica Psiquiátrica da Faculdade

Varias são as considerações que se pôdem entreter em torno da questão medico-legal do alcoolismo.

Com efeito, quem atenta nêsse problema, em relação ás applicações forenses, ha de levar em conta o *estado de consciência*, ou seja a metrificacão das faculdades que integralizam o psiquismo, para indagar si ella é de todo ausente ou si comparece em parte, ou em retalhos, no momento em que o individuo, entrando em desarmonia com o meio social onde vive, comete acto delituofo qualquer.

Para uns o *crime* dos embriagados justifica uma agravação da pena; outros encontram nêsses delictos condições de perturbação da sanidade mental, consequência do que se atenua ou se anula a responsabilidade legal dos seus autores.

Dáí, o nosso Codigo considerar o *habito da embriaguez* como contravenção (art. 396) e cuidar de crimes praticados em estado de *embriaguez incompleta* ou *completa*, para minorar a penalidade (art. 42, paragr. 10) ou nega-la em absoluto (art. 27, paragr. 4.º)

Compreende-se, pois, na pratica medico-legal, a necessidade de se fixarem os limites entre os dous aspectos quantitativos da ebriedade, para a devida applicação da pena estatuida. Sabidos os disturbios psico-mentais que sóem advir pela usança do alcool, não é difficil aquilatar-se o verdadeiro estado de consciência ao ajuizar-se daquelle requisito exigido pelo Codigo — *completa* ou *incompleta*.

Nessa questão toda, porém, ha de se cogitar de um caso muito especial que, verificado, deve dirimir, na apreciação logica de um julgamento exacto, a irresponsabilidade do autor do delicto: é quando o delinquento procura, na acção do alcool, um meio de se encorajar á perpetração do crime.

De tal especie tivemos, em nossas mãos, legitimo exemplar, que recebeu parecer nêsse sentido quando incumbidos de nos manifestar a respeito pelo Sr. Dr. Director do Hospicio S. Pedro, atendendo assim á solicitação da autoridade judiciaria. Vale bem, a nosso vêr, para maior clareza das minudencias do assun-

to, e por se nos afigurar de interesse aos que se occupam com essas questões, transcrever o referido parecer:

PARECER MEDICO-LEGAL

“Em dias do mês de Janeiro do corrente anno, baixou ao Hospicio S. Pedro, á requisição da Chefatura de Policia, afim de ser convenientemente observado em seu estado mental, conforme despacho do Dr. Juiz de Comarca de Lagôa Vermelha, o soldado da Guarda Municipal dessa localidade, J. B., individuo de raça preta, com 40 anos de idade, solteiro, natural do municipio de Taquara do Mundo Novo, nêste Estado.

Pésa sobre êle a imputação de facto delituofo: Na noite de 29 para 30 de Junho de 1918, quando estava de guarda na Cadêa Civil daquela vila (Lagôa Vermelha), juntamente com S. A. D., aproveitou-se da ausência dêste para proporcionar ao réo preso A. R. C. meios de fugir, o que efectivamente se deu, sob a promessa de pagamento de um conto de réis.

Acrece que, nessa ocasião, achava-se alcoolisado, conforme tudo consta dos autos do processo criminal instaurado, onde se encontra tambem a alegação de sofrer B. das faculdades mentais, motivo por que pede o seu advogado exame pericial a respeito. Nomeado perito (*), executou-se essa diligência e apresentou-se o laudo respectivo. Dêste, pelo desonchavo das apreciações que contrastam com a diagnose estabelecida de imbecilidade (!!), nada se apura de sério e valioso pró ou contra a sanidade mental do paciente.

A requerimento ainda do advogado, vem B. para êste manicomio afim de ser devidamente examinado.

Assim aconteceu. Durante seis meses o temos observado frequente e minuciosamente. O resultado de nossas pesquisas se mostra nas linhas que se seguem:

— J. B. é individuo de mediana estatura, bôa compleição fisica, musculatura desenvolvida, regular estado de nutrição, sem evidenciar no todo, aspecto que o denuncie como doente ou defeituofo. Apenas um ou outro

estigma degenerativo: ausência de lóbos da orelha, abobada palatina levemente ogival, mãos e pés grandes, excedendo ás dimensões comuns.

Compareceu sempre á nossa presença em attitude perfeitamente tranquila; fisionomia grave, comedida; humor reservado. Atendia aos nossos interrogatorios todas as vezes do mesmo modo, contando-nos o facto criminoso de que é acusado. Através essas palestras e as provas a que o submetemos, coligimos em relação ás suas faculdades:

— Precisa a orientação do meio, lugar e tempo: sabe muito bem seu nome, onde se acha, donde e quando veio, data actual, etc.

— Memoria integral, em todas as suas modalidades: retentividade, m. anterograda e retrograda.

— Atenção espontanea ou reflectida, presentes.

— Ideação curta, na altura de um grau rudimentar de instrucção (sabe ler e escrever sofrivelmente).

— Associa bem as suas idéas. Nesta appuração empregámos os testes psicologicos de Sommer, por onde vimos normal essa faculdade, relativamente á cultura que possui.

— Nada se pôde exigir do raciocinio e julgamento, que diremos bons, tendo em vista a instrucção e cultura aludidas, pois é de nivel e capacidade intellectuais inferiores.

— Bôas noções de etica — respeitoso; bem comportado, durante o tempo em que se acha no manicomio; atende sollicitamente ás nossas inquirições.

— Não se lhe notaram idéas delirantes nem alucinações.

Confessa fazer, de quando em vez, uso e abuso de bebidas alcoolicas, e quanto aos pormenores do crime que cometeu, diz ter-se embriagado na noite dêsse acontecimento, dando lugar a que o tal preso, recolhido á Cadêa Civil, se aproveitasse disso e da ausência do outro companheiro de guarda, para dar ás de Vila Diogo.

Ora, como se vê, as faculdades mentais do observando são integras, de accôrdo com o grau de instrucção e cultura moral que apresenta. Não vemos nêle processo agudo ou lento de psicose alguma.

Imbecilidade — é rotulo que a outros poderia servir, menos para B! Indivíduo que revela vontade propria na luta pela vida, tanto

que serviu como soldado no Exercito durante seis anos, onde chegou a ser anseçada; ainda agora, na ansia de viver amparado, emprega-se como praça da Guarda Municipal; com instrucção inferior, rudimentar embora, mas que muitos de sua esfera social não a tem, acrescentando-se a isto o feitiço que apresenta no Estabelecimento, onde se mostra diligente no desempenho das tarefas de que, propositadamente, é incumbido — não se pôde enquadrar no grupo dos imbecis.

Julgamo-nos, pois, apto para afirmar que não se trata, no caso, de um alienado.

Não obstante, porém, permita-se considerar, quanto ao crime que praticou: não se encontraria êle em estado equivalente pela acção intoxicante do alcool? E' provavel.

Todavia, então, responderá não pela fugida que facilitou, mas pelo acto que cometeu conscientemente: — Incumbido da guarda da Cadêa, onde havia um preso condenado por homicidio; pesando-lhe sobre os ombros tão grande responsabilidade, vê-se só no cumprimento do dever e atira-se ao uso do alcool que sabia, por experiencia pessoal, lhe iria diminuir, aniquilar sua energia volitiva, e o fez, como tantas outras vezes, (confissão do proprio observando) conscientemente, com ponderação e julgamento do que lhe poderia succeder e não como um irresistivel, impetuoso, que se lança a saciar o seu impulso, custe-lhe embora o seu brio, a sua honra ou o proprio sangue!...

J. B., portanto, não é alienado. Indivíduo de baixa condição social, nivel moral inferior, entrega-se, por vezes, ao uso imoderado do alcool e, sob a acção dêsse, pôde aniquilar-se-lhe a vontade e a energia e obscurecerem-se-lhe as outras faculdades. — Hospicio S. Pedro, 27 de Dezembro de 1918."

Esse modo de entender o assunto encontra apoio insofismavel no consenso unanime de autoridades de vulto, em Medicina Legal, e não se contrapõe ás disposições doCodigo. Em tais casos, longe de se atenuar a culpa cometida seria razoavel onerar-se a penalidade para que, ao menos, servisse de incentivo a uma luta acesa, sem treguas, ao uso do nefasto toxico, tão grandemente prejudicial em suas multiplas consequências.

(*) Perito leigo, curandeiro.